

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A sífilis congénita é um importante indicador da qualidade dos cuidados prestados na área da saúde materna. Cada bebé que nasce com este problema é um sinal que a vigilância e os processos relacionados com a vigilância das grávidas não ocorreram com sucesso.

Foi com preocupação que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda tomou conhecimento, através do relatório divulgado pelo Centro Europeu para o Controlo e Prevenção de Doenças (ECDC), que o número de casos de sífilis congénita aumentou num fator de 3 no ano 2019 em relação ao ano de 2018. Desde 2015 que a média anual se situava nos 4 casos; em 2019 registaram-se 12 casos.

O facto poderia não ser de todo inesperado se tivermos em conta que a incidência de novos casos de sífilis seis vezes durante o período 2014-2018. No entanto, este crescimento não foi acompanhado por nenhuma medida de saúde pública ou políticas públicas de saúde. As consequências eram mais que previsíveis, se há mais casos na população adulta, seria de esperar que mais tarde ou mais cedo, houve repercussão na saúde materna e infantil.

É também preocupante que a situação só se tenha tornado pública através do relatório de uma organização internacional e apenas em 2022, quando estes dados reportam já a 2019.

Não só a informação não foi utilizada para fundamentar políticas públicas para conter a progressão da doença e melhorar os processos de saúde materna, como, ao não ser tornada pública e divulgada, não deu oportunidades de organizações da área poderem ter fundamento para executar projetos na área.

Estudos recentes, comprovam que os jovens utilizam menos o preservativo hoje do que em 2008, o que demonstra que apesar do aumento do número de casos pouco ou nada foi feito para consciencializar e incentivar comportamentos de proteção individual e coletiva.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o

Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Saúde, as seguintes perguntas:

1. Qual a interpretação que o governo faz da subida de casos de sífilis, no geral, e de sífilis congénita em particular?
2. Está previsto a elaboração de algum relatório sobre esta situação, com as devidas medidas a adotar para controlar este problema de saúde pública?
3. Qual o motivo para esta informação não se encontrar disponível, seja no portal transparência do sns ou em relatórios produzidos pela DGS?
4. Qual o motivo para perante o aumento do número de casos, o combate às doenças sexualmente transmissíveis ser atualmente virtualmente inexistente?
5. Que processos estão a ser alterados para acomodar a nova realidade epidemiológica na área da saúde materna e infantil, assim como, na saúde sexual e reprodutiva?

Palácio de São Bento, 18 de julho de 2022

Deputado(a)s

CATARINA MARTINS(BE)